

*Projeto*

# LEGADO

**20 PROPOSTAS PARA APERFEIÇOAMENTO DOS  
MARCOS CONSTITUCIONAL, LEGAL E INFRALEGAL  
DA GESTÃO DE ÁGUAS NO BRASIL**

**PREPARAÇÃO PARA O 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA**



**BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2017  
DOCUMENTO BASE  
VERSÃO 1.0**

O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. ....

.....  
XXIII – declarar situação crítica de recursos hídricos em bacias que impactam o atendimento aos usos múltiplos localizados em corpos hídricos de domínio da União;

XXIV – estabelecer, em articulação com os Estados e com os comitês de bacia hidrográfica, quando houver, regras de uso da água e fiscalizar seu cumprimento visando assegurar os usos múltiplos durante a vigência da declaração de situação crítica de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII.  
.....  
.....

§ 2º As ações a que se refere o inciso X deste artigo, quando envolverem a situação crítica de recursos hídricos, somente poderão ser promovidas mediante a declaração a que se refere o inciso XXIII.

§ 3º A ANA deverá informar o CNRH, os conselhos estaduais e os comitês de bacia acerca das ações desenvolvidas durante a vigência da declaração a que se refere o inciso XXIII deste dispositivo.  
.....  
.....

§ 9º As regras a que se refere o inciso XXIV serão aplicadas a todos os corpos hídricos abrangidos pela declaração de situação crítica de recursos hídricos a que se refere o inciso XXIII.”

§ 10 A declaração a que se refere o inciso XXIII atende ao disposto no art. 46 da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

# I - Segurança e Infraestrutura Hídricas

## 2. Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica

### Constatações/Problemas/Desafios

A promoção da segurança hídrica no Brasil passa necessariamente pelo estabelecimento de canais institucionais e de mecanismos operacionais voltados à Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), os quais permitam organizar a ação do poder público de forma coerente observado o fundamento do uso múltiplo dos recursos hídricos.

### Resumo da Proposta/Diretrizes para Ação

Propõe-se a criação de um Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica (CINFRAH)\* e o aperfeiçoamento do Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica – CERTOH de forma a exigí-lo durante a etapa de planejamento das obras hídricas\*.

### Instrumentos

\* Revisão da Lei 9.984/2000 e Minuta de Decreto Presidencial com regulamentação do CINFRAH

O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. ....

.....  
XXV – exercer o papel de Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica (CINFRAH), a ser estabelecido por Decreto.”

*Cria o Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica, e estabelece critérios e procedimentos para planejamento, implantação ou financiamento de obras de infraestrutura hídrica com recursos financeiros da União.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criado o Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica (CINFRAH), órgão de assessoramento da Presidência da República para articulação das políticas setoriais afetas à gestão de recursos hídricos.

§ 1º O CINFRAH será presidido pela Casa Civil e composto pelos titulares dos seguintes Ministérios:

- a) do Meio Ambiente;
- b) dos Transportes;
- c) das Cidades;
- d) da Integração Nacional;
- e) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- f) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- g) de Minas e Energia;
- h) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- i) Saúde;
- j) Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação; e
- k) Ministério da Educação

§ 2º Os suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Presidente do CINFRAH.

§ 3º Para o exercício de suas atribuições, o CINFRAH contará com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), que exercerá o papel de Secretaria Executiva.

§ 4º Em função da pauta e a critério do Presidente do CINFRAH, poderão participar das reuniões representantes de outros Ministérios e entidades da Administração Pública.

§ 5º O CINFRAH, mediante resolução, poderá constituir câmaras técnicas em caráter temporário.

Art. 2º Caberá ao CINFRAH propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

I - estabelecer de diretrizes para a integração das diversas políticas públicas setoriais afetas ao planejamento, ao financiamento e à implementação da infraestrutura hídrica;

II - determinar a elaboração de estudos e a execução de ações que contribuam para garantir o uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos no país;

III - propor medidas visando garantir a ação eficaz do poder público na implementação de programas e medidas voltadas à ampliação da oferta hídrica ou de prevenção dos efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com os demais entes da Federação;

IV - sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o abastecimento público e o saneamento básico nos centros urbanos e nas zonas rurais;

V - indicar os empreendimentos que devam ter prioridade de financiamento e implantação com recursos do Governo Federal, em especial os sistemas integrados de produção de água, tendo em vista seu caráter estratégico e de interesse público, de forma a otimizar os investimentos.

VI - aprovar, em caráter preliminar, as iniciativas de elaboração ou revisão de planejamento setorial que envolvam a realização de investimentos públicos em infraestrutura hídrica; e

VII - certificar a viabilidade e adequação dos planos setoriais à luz das diretrizes de integração das políticas públicas e otimização dos investimentos públicos.

§ 1º As deliberações do CINFRAH dependerão de quórum mínimo de 5 (cinco) titulares e obtenção de maioria simples.

§ 2º As deliberações serão emitidas por meio de resoluções específicas do Comitê e terão caráter vinculante para a atuação dos Ministérios nele representados.

Art. 3º A aprovação das iniciativas de elaboração e revisão dos planos setoriais de que trata o inciso VI do Art. 2º dependerá de análise prévia pela ANA, a qual será submetida à deliberação final pelo CINFRAH.

§ 1º Caberá ao Ministério proponente a apresentação do escopo da proposta inicial para elaboração ou revisão de plano setorial a ser desenvolvida e, quando couber, dos termos de referência para contratação.

§ 2º Caberá à ANA, após manifestação prévia dos demais Ministérios, emitir parecer sobre a iniciativa, avaliando possíveis incoerências ou conflitos com outros planos setoriais e de recursos hídricos e, em particular, com o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 4º Concluído o processo de elaboração ou de revisão do plano setorial, o mesmo será submetido à certificação pelo CINFRAH, por meio de resolução específica, antes de sua aprovação final, conforme fluxo processual estabelecido pelas legislações específicas de cada setor.

§ 1º Os planos setoriais submetidos à certificação pelo CINFRAH, poderão ser rejeitados, aprovados integralmente ou com ressalvas.

§ 2º No caso de rejeição do plano setorial pelo CINFRAH, o Ministério responsável deverá adotar as medidas necessárias para sua revisão e ajustes, antes de submetê-lo novamente à apreciação do CINFRAH.

Art. 5º As obras de infraestrutura hídrica contempladas em planejamento previamente certificado pelo CINFRAH ficarão dispensadas de análise posterior com fins de emissão do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica pela Agência Nacional de Águas - ANA.

Art. 6º Os artigos 1º, 2º e 3º do Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As obras de infraestrutura hídrica para reservação ou adução de água bruta a serem implantadas ou financiadas, no todo ou em parte, com recursos financeiros da União devem obedecer às diretrizes para integração das políticas setoriais emanadas pelo CINFRAH, bem como os critérios de sustentabilidade nas perspectivas operacional da infraestrutura e hídrica.

Art. 2º .....

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também à implantação e ao financiamento de obras de infraestrutura hídrica contratadas diretamente por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

§ 2º As obras de infraestrutura hídrica contempladas em planejamento previamente certificado pelo CINFRAH ficarão dispensadas dessa análise.

Art. 3º .....

II - hídrica, caracterizada pela demonstração de que a implantação da infraestrutura contribui para o aumento do nível de aproveitamento hídrico da respectiva bacia hidrográfica.

Parágrafo único. Os procedimentos a serem adotados na certificação serão estabelecidos pela ANA, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o CINFRAH.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, .... de ..... de 201....; 1....º da Independência 1....º da República.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
*Ministro do Meio Ambiente*